



ADVOGADO(A) PLENO

LEIA ATENTAMENTE AS INSTRUÇÕES ABAIXO.

01 - Você recebeu do fiscal o seguinte material:

a) este caderno, com o enunciado das 40 questões das Provas Objetivas e das 2 questões da Prova Discursiva, sem repetição ou falha, com a seguinte distribuição:

LÍNGUA PORTUGUESA I		LÍNGUA INGLESA I		CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS			
Questões	Pontos	Questões	Pontos	Questões	Pontos	Questões	Pontos
1 a 5	2,0	11 a 15	2,0	21 a 25	1,0	31 a 35	3,0
6 a 10	3,0	16 a 20	3,0	26 a 30	2,0	36 a 40	4,0

b) 1 Caderno de Respostas para o desenvolvimento da Prova Discursiva, grampeado ao **CARTÃO-RESPOSTA** destinado às respostas às questões objetivas formuladas nas provas.

02 - Verifique se este material está em ordem e se o seu nome e número de inscrição conferem com os que aparecem no **CARTÃO-RESPOSTA**. Caso contrário, notifique **IMEDIATAMENTE** o fiscal.

03 - Após a conferência, o candidato deverá assinar no espaço próprio do **CARTÃO-RESPOSTA**, preferivelmente a caneta esferográfica de tinta na cor preta.

04 - No **CARTÃO-RESPOSTA**, a marcação das letras correspondentes às respostas certas deve ser feita cobrindo a letra e preenchendo todo o espaço compreendido pelos círculos, a **caneta esferográfica de tinta na cor preta**, de forma contínua e densa. A LEITORA ÓTICA é sensível a marcas escuras; portanto, preencha os campos de marcação completamente, sem deixar claros.

Exemplo: (A) ● (C) (D) (E)

05 - Tenha muito cuidado com o **CARTÃO-RESPOSTA**, para não o **DOBRAR, AMASSAR ou MANCHAR**. O **CARTÃO-RESPOSTA SOMENTE** poderá ser substituído caso esteja danificado em suas margens superior ou inferior - **BARRA DE RECONHECIMENTO PARA LEITURA ÓTICA**.

06 - Para cada uma das questões objetivas, são apresentadas 5 alternativas classificadas com as letras (A), (B), (C), (D) e (E); só uma responde adequadamente ao quesito proposto. Você só deve assinalar **UMA RESPOSTA**: a marcação em mais de uma alternativa anula a questão, **MESMO QUE UMA DAS RESPOSTAS ESTEJA CORRETA**.

07 - As questões objetivas são identificadas pelo número que se situa acima de seu enunciado.

08 - **SERÁ ELIMINADO** do Processo Seletivo Público o candidato que:

a) se utilizar, durante a realização das provas, de máquinas e/ou relógios de calcular, bem como de rádios gravadores, *headphones*, telefones celulares ou fontes de consulta de qualquer espécie;

b) se ausentar da sala em que se realizam as provas levando consigo o Caderno de Questões e/ou o **CARTÃO-RESPOSTA** grampeado ao Caderno de Respostas da Prova Discursiva.

09 - Reserve os 30 (trinta) minutos finais para marcar seu **CARTÃO-RESPOSTA**. Os rascunhos e as marcações assinaladas no Caderno de Questões **NÃO SERÃO LEVADOS EM CONTA**.

10 - Quando terminar, entregue ao fiscal **O CADERNO DE QUESTÕES E O CARTÃO-RESPOSTA** grampeado ao Caderno de Respostas da Prova Discursiva e **ASSINE A LISTA DE PRESENÇA**.

Obs. O candidato só poderá se ausentar do recinto das provas após **1 (uma) hora** contada a partir do efetivo início das mesmas. Por razões de segurança, o candidato **não** poderá levar o Caderno de Questões.

11 - **O TEMPO DISPONÍVEL PARA ESTAS PROVAS DE QUESTÕES OBJETIVAS E DISCURSIVAS É DE 4 (QUATRO) HORAS.**

12 - As questões e os gabaritos das Provas Objetivas serão divulgados, no segundo dia útil após a realização das provas, na página da **FUNDAÇÃO CESGRANRIO** (www.cesgranrio.org.br).

LÍNGUA PORTUGUESA I

O QUE É... DECISÃO

No mundo corporativo, há algo vagamente conhecido como “processo decisório”, que são aqueles insondáveis critérios adotados pela alta direção da empresa para chegar a decisões que o funcionário não consegue entender. Tudo começa com a própria origem da palavra “decisão”, que se formou a partir do verbo latino *caedere* (cortar). Dependendo do prefixo que se utiliza, a palavra assume um significado diferente: “incisão” é cortar para dentro, “rescisão” é cortar de novo, “concisão” é o que já foi cortado, e assim por diante. E *dis caedere*, de onde veio “decisão”, significa “cortar fora”. Decidir é, portanto, extirpar de uma situação tudo o que está atrapalhando e ficar só com o que interessa.

E, por falar em cortar, todo mundo já deve ter ouvido a célebre história do não menos célebre rei Salomão, mas permitam-me recontá-la, transportando os acontecimentos para uma empresa moderna. Então, está um dia o rei Salomão em seu palácio, quando duas mulheres são introduzidas na sala do trono. Aos berros e puxões de cabelo, as duas disputam a maternidade de uma criança recém-nascida. Ambas possuem argumentos sólidos: testemunhos da gravidez recente, depoimentos das parteiras, certidões de nascimento. Mas, obviamente, uma das duas está mentindo: havia perdido o seu bebê e, para compensar a dor, surrupiara o filho da outra. Como os testes de DNA só seriam inventados dali a milênios, nenhuma das autoridades imperiais consultadas pelas litigantes havia conseguido dar uma solução satisfatória ao impasse.

Então Salomão, em sua sabedoria, chama um guarda, manda-o cortar a criança ao meio e dar metade para cada uma das reclamantes. Diante da catástrofe iminente, a verdadeira mãe suplica: “Não! Se for assim, ó meu Senhor, dê a criança inteira e viva à outra!”, enquanto a falsa mãe faz aquela cara de “tudo bem, corta aí”. Pronto. Salomão manda entregar o bebê à mãe em pânico, e a história se encerra com essa salomônica demonstração de conhecimento da natureza humana.

Mas isso aconteceu antigamente. Se fosse hoje, com certeza as duas mulheres optariam pela primeira alternativa (porque ambas teriam feito um curso de Tomada de Decisões). Aí é que entram os processos decisórios dos salomões corporativos. Um gerente salomão perguntaria à mãe putativa A: “Se eu lhe der esse menino, ó mulher, o que dele esperas no futuro?” E ela diria: “Quero que ele cresça com liberdade, que aprenda a cantar com os pássaros e que possa viver 100 anos de felicidade”.

E a mesma pergunta seria feita à mãe putativa B, que de pronto responderia: “Que o menino cresça forte e obediente e que possa um dia, por Vossa glória e pela glória de Vosso reino, morrer no campo de batalha”. Então, sem piscar, o gerente salomão ordenaria que o bebê fosse entregue à mãe putativa B.

Por quê? Porque na salomônica lógica das empresas, a decisão dificilmente favorece o funcionário que tem o argumento mais racional, mais sensato, mais justo ou mais humano. A balança sempre pende para os putativos que trazem mais benefício para o sistema.

GEHRINGER, Max. **Revista Você S/A**, jan. 2002.

1

De acordo com a origem da palavra “decisão” oferecida pelo texto, a paráfrase adequada para “processo decisório” é processo de:

- (A) escolha.
- (B) eliminação.
- (C) seleção.
- (D) definição.
- (E) preferência.

2

O autor define “processos decisórios” como “aqueles insondáveis critérios adotados pela alta direção da empresa para chegar a decisões que o funcionário não consegue entender.” (l. 2-5). Assinale a opção que apresenta a justificativa para tal definição.

- (A) Na lógica empresarial, decide-se preferencialmente por soluções que favorecem o sistema e não por aquelas mais racionais.
- (B) Na salomônica lógica adotada pelas empresas, as escolhas recaem sempre sobre argumentos putativos justos e sensatos.
- (C) Para a direção de empresas, os procedimentos que orientam as decisões baseiam-se na observação do comportamento do funcionário.
- (D) Para o alto comando de empresas, métodos que apóiam decisões devem ser sustentados por critérios do interesse do sistema.
- (E) Para o corpo gerencial, as escolhas que são baseadas nos ensinamentos do curso de Tomada de Decisões são as melhores.

3

As palavras “salomônica” em “salomônica demonstração” (l. 37) e “salomão”, em “Um gerente salomão” (l. 43), respectivamente, significam:

- (A) justa e criteriosa – responsável pelas decisões.
- (B) piedosa – conhecedor das regras da empresa.
- (C) fundamentada – conhecedor da natureza humana.
- (D) sábia e consciente – comprometido com o trabalho.
- (E) clara e inquestionável – detentor de muitos poderes.

4

Nas opções abaixo, as palavras ou expressões destacadas representam sínteses de trechos do texto, **EXCETO** em uma. Assinale-a.

- (A) ... palavra “decisão”, **formada** a partir do verbo latino *caedere*... (l. 5-6).
(B) Dependendo do prefixo **utilizado**, (l. 7).
(C) ... extirpar de uma situação **o atrapalhado**... (l. 12).
(D) E, **falando** em cortar, (l. 14).
(E) o gerente salomão ordenaria **a entrega do bebê** à mãe putativa B. (l. 52-53).

5

Indique a opção na qual as frases “Se fosse hoje, com certeza as duas mulheres optariam pela primeira alternativa...” (l. 39-41) e “Aí é que entram os processos decisórios dos salomões corporativos.” (l. 42-43) aparecem reescritas em um único período, sem alteração do sentido original.

- (A) Caso isso acontecesse nos dias atuais, as duas mulheres fariam a mesma escolha influenciadas pelas decisões de seu gerente salomão.
(B) No mundo de hoje, as duas mulheres levariam em consideração para decidir os critérios do rei Salomão e escolheriam a primeira opção.
(C) Atualmente, as duas mulheres poderiam escolher a primeira possibilidade levando em conta os interesses do sistema empresarial.
(D) Com a nova mentalidade, a escolha das duas mulheres seria por não dividir a criança, já que conheceriam as regras empresariais.
(E) Uma vez que hoje as duas mulheres optariam pela mesma alternativa, os “salomões corporativos” recorreriam a processos de decisão.

6

Com base no período “Como os testes de DNA só seriam inventados dali a milênios, nenhuma das autoridades imperiais consultadas pelas litigantes havia conseguido dar uma solução satisfatória ao impasse.” (l. 26-29), pode-se inferir que:

- (A) os testes de DNA poderiam contribuir para a solução do problema.
(B) as soluções encontradas pelas autoridades não satisfizeram às litigantes.
(C) as supostas mães das crianças consultaram as autoridades para resolver o impasse.
(D) só dali a muitos anos os cientistas inventariam os testes de DNA.
(E) não havia autoridade imperial capaz de resolver o impasse.

7

Assinale a opção em que a alteração, assinalada em negrito, feita em relação à forma original está correta.

(A)	“Dependendo do prefixo que se utiliza,” (l. 7)	Dependendo do prefixo de que se utiliza...
(B)	“mas permitam-me recontá-la,” (l. 16)	...mas me permitam recontá-la,
(C)	“autoridades imperiais consultadas pelas litigantes” (l. 27-28)	...autoridades imperiais consultadas pelos litigantes
(D)	“Um gerente salomão perguntaria à mãe putativa A” (l. 43-44)	“ A um gerente salomão perguntaria a mãe putativa A”
(E)	“catástrofe iminente,” (l. 32-33)	...catástrofe eminente ...

8

Por meio de uma carta, os funcionários _____ aos superiores.

Com respeito à regência, a forma verbal que preenche adequadamente a lacuna acima é:

- (A) chamaram. (B) convidaram.
(C) cumprimentaram. (D) pressionaram.
(E) responderam.

9

A relação entre a palavra destacada e a expressão a que a mesma se refere está **INCORRETA** em:

- (A) ... **que** [são aqueles insondáveis] (l. 2-3) – processo decisório.
(B) ... **onde** [veio “decisão”] (l. 10-11) – *dis caedere*.
(C) ... [recontá]-**la** (l. 16) – a célebre história.
(D) **Aí** [é que entram] (l. 42) – primeira alternativa.
(E) ... **dele** [esperas no futuro?] (l. 45) – desse menino.

10

Assinale a opção em que o sinal de dois pontos tem a mesma função apresentada em “Mas, obviamente, uma das duas está mentindo: havia perdido o seu bebê e, para compensar a dor, surrupiara o filho da outra.” (l. 24-26)

- (A) O diretor apresentou dados convincentes: a pesquisa de opinião, o último balanço da empresa e cartas de clientes.
(B) Os critérios adotados para admissão de funcionários são sempre os mesmos: organização, competência e capacidade de trabalhar em equipe.
(C) Tomar decisões em momentos de crise pode ser danoso: muitas vezes um impulso substitui o bom-senso.
(D) Dois motivos o levaram a pedir demissão: uma nova oferta de trabalho e a possibilidade de trabalhar no exterior.
(E) Quando soube que não seria promovido, ele fez o seguinte: mandou uma carta para a vice-presidência e marcou uma reunião com a equipe.

LÍNGUA INGLESA I

The oil and natural gas industry has developed and applied an impressive array of innovative technologies to improve productivity and efficiency, while yielding environmental benefits. According to the U.S. Department of Energy, “the petroleum business has transformed itself into a high-technology industry.”

State-of-the-art technology allows the industry to produce more oil and natural gas from more remote places – some previously unreachable – with significantly less adverse effect on the environment. Among the benefits: increased supply to meet the world’s growing energy demand, reduced energy consumption at oil and natural gas facilities and refineries, reduced noise from operations, decreased size of facilities, reduced emissions of pollutants, better protection of water resources, and preservation of habitats and wildlife.

With advanced exploration and production technologies, the oil and gas industry can pinpoint resources more accurately, extract them more efficiently and with less surface disturbance, minimize associated wastes, and, ultimately, restore sites to original or better condition.

Exploration and production advances include advanced directional drilling, slimhole drilling, and 3-D seismic technology. Other segments of the industry have benefited from technological advances as well. Refineries are becoming highly automated with integrated process and energy system controls; this results in improved operational and environmental performance and enables refineries to run harder and produce more products safer than ever before. Also, new process equipment and catalyst technology advances have been made very recently to meet new fuel regulations requiring very low levels of sulfur in gasoline and diesel.

Technology advances such as these are making it possible for the oil and natural gas industry to grow in tandem with the nation’s energy needs while maintaining a cleaner environment. The industry is committed to investing in advanced technologies that will continue to provide affordable and reliable energy to support our current quality of life, and expand our economic horizons.

For example, we are researching fuel cells that may power the vehicles of tomorrow with greater efficiency and less environmental impact. We are investigating ways to tap the huge natural gas resources locked in gas hydrates. Gas hydrates are common in sediments in the ocean’s deep waters where cold temperatures and high pressures cause natural gas and water to freeze together, forming solid gas hydrates. Gas hydrates could be an important future source of natural gas for our nation.

Some of our companies are also investigating renewable energy resources such as solar, wind, biomass and geothermal energy. By conducting research into overcoming the many technological hurdles that limit

these energy resources, they hope to make them more reliable, affordable and convenient for future use. Although the potential for these energy resources is great, scientists do not expect them to be a significant part of the nation’s energy mix for many decades. For this reason, the industry must continue to invest in conventional resources such as oil and natural gas. We will need to rely on these important energy resources for many decades to come.

ln: <http://api-ec.api.org/focus/index>

11

The fragment “...an impressive array of innovative technologies...” (line 2) could best be substituted by a/an:

- (A) careful selection of up-to-date technologies.
- (B) remarkable number of well-known technologies.
- (C) unsatisfactory arrangement of brand-new technologies.
- (D) extraordinary collection of creative technologies.
- (E) immense display of useful technologies.

12

According to the second paragraph, state-of-the-art technology brings many benefits, **EXCEPT**:

- (A) protecting habitats and wildlife.
- (B) using larger facilities.
- (C) decreasing emissions of pollutants.
- (D) running less noisy operations.
- (E) preserving water resources.

13

The function of the fourth paragraph is to:

- (A) describe in detail the automation process in oil refineries.
- (B) list some technological advances that are benefiting the oil industry.
- (C) criticize the new regulations that have reduced sulfur levels in fuels.
- (D) demand that refineries become more automated to improve performance.
- (E) explain how 3-D seismic technology can help oil production.

14

According to lines 44-50, gas hydrates:

- (A) can be found in deep-water sediments.
- (B) are contained in natural gas resources.
- (C) have been used as a source of natural gas.
- (D) may cause water to freeze under the ocean.
- (E) form sediments under low temperatures and pressures.

15

In “... the industry must continue to invest in conventional resources such as oil and natural gas.” (lines 60-61), the word that could replace “must” without changing the meaning of the sentence is:

- (A) ought to.
- (B) could.
- (C) has to.
- (D) may.
- (E) will.

16

According to the last paragraph:

- (A) people will be able to count on renewable fuels in the near future.
- (B) scientists do not believe that alternative energy resources are useful.
- (C) societies will depend on traditional energy resources for still many years.
- (D) the limitations of renewable energy resources have finally been conquered.
- (E) oil companies do not intend to make energy resources cheaper in the future.

17

The only correct statement concerning reference is:

- (A) "itself" (line 5) refers to "U.S. Department of Energy".
- (B) "some" (line 9) refers to "oil and natural gas".
- (C) "them" (line 19) refers to "exploration and production technologies".
- (D) "it" (line 35) refers to "new fuel regulations".
- (E) "they" (line 55) refers to "some of our companies".

18

The only pair of antonyms is:

- (A) "unreachable" (line 9) – inaccessible.
- (B) "to meet" (line 11) – to reduce.
- (C) "accurately" (line 19) – incorrectly.
- (D) "recently" (line 33) – lately.
- (E) "reliable" (line 40) – dependable.

19

Check the item in which there is a verb in the passive voice.

- (A) "The oil and natural gas industry has developed and applied..." (lines 1 - 2)
- (B) "Other segments of the industry have benefited from technological advances as well." (lines 25-26)
- (C) "Also, new process equipment and catalyst technology advances have been made very recently..." (lines 31-33)
- (D) "The industry is committed to investing in advanced technologies..." (lines 38-39)
- (E) "Gas hydrates could be an important future source of natural gas..." (lines 49-50)

20

Mark the title that best expresses the main idea of the text.

- (A) Fuel cell research and the latest automobile developments.
- (B) How to reduce energy consumption in the U.S.
- (C) The role of technology in generating environmental benefits.
- (D) The impact of advanced technology on the oil and natural gas industry.
- (E) Automating oil refineries to improve operational and environmental performance.

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

21

Sobre o domicílio, no Direito Civil brasileiro, está correto afirmar que o(a):

- (A) Código Civil consagra a pluralidade domiciliar.
- (B) marítimo tem domicílio necessário no lugar onde o navio aportar.
- (C) especificação do domicílio onde se exercitem e cumpram direitos e obrigações resultantes de contratos escritos é vedada aos contratantes.
- (D) pessoa jurídica, com estabelecimentos em lugares diferentes, terá domicílio apenas no lugar onde funcionar sua administração ou diretoria.
- (E) pessoa natural sem residência habitual terá por domicílio o Distrito Federal.

22

Se a fiança for estipulada entre o credor e o fiador contra a vontade do devedor originário (afiançado),

- (A) será nula.
- (B) será anulável.
- (C) será válida desde a data da contratação.
- (D) deverá ser ratificada pelo afiançado para ser válida desde a data da contratação.
- (E) o fiador não poderá sub-rogar-se nos direitos do credor, se pagar integralmente a dívida.

23

Há conflito de competência entre dois juízes quando:

- I – um deles avocar processo pendente em outro juízo, pretendendo a reunião de processos, e este negar a remessa;
- II – um deles houver determinado a remessa do processo para reunião e o outro o recusar;
- III – ambos pretenderem conduzir os dois processos cuja reunião se pretende;
- IV – cada um deles pretender que a reunião dos respectivos processos se faça no outro juízo.

Estão corretas as afirmações:

- (A) I e III, apenas.
- (B) III e IV, apenas.
- (C) I, II e IV, apenas.
- (D) II, III e IV, apenas.
- (E) I, II, III e IV.

24

NÃO estará sujeita ao duplo grau obrigatório de jurisdição a sentença proferida contra o(a):

- (A) Município.
- (B) Distrito Federal, quando a condenação for de valor certo equivalente a 80 (oitenta) salários mínimos.
- (C) autarquia estadual.
- (D) fundação de direito público.
- (E) União, quando estiver fundada em jurisprudência do plenário do Supremo Tribunal Federal.

25

Observe as definições e denominações de atos processuais, previstas no Código de Processo Civil, listadas nas colunas abaixo.

I -	ato pelo qual o juiz põe termo ao processo, decidindo ou não pelo mérito da causa.	W -	despacho
II -	ato pelo qual o juiz, no curso do processo, resolve questão incidente.	X -	decisão interlocutória
III -	todos os demais atos do juiz praticados no processo, de ofício ou a requerimento da parte, a cujo respeito a lei não estabelece outra forma.	Y -	ato meramente ordinatório
		Z -	sentença

Está correta a seguinte associação dos itens das colunas acima:

- (A) I - W, II - X, III - Y
 (B) I - X, II - W, III - Y
 (C) I - X, II - Z, III - W
 (D) I - Z, II - W, III - Y
 (E) I - Z, II - X, III - W

26

A ação para a cobrança do crédito tributário prescreve em cinco anos, contados da data da sua constituição definitiva. Segundo as regras previstas no Código Tributário Nacional, a prescrição se interrompe pelo(a):

- (A) envio de cobrança amigável ao devedor, expedida pela Procuradoria da Fazenda.
 (B) despacho do juiz que ordenar a citação em execução fiscal.
 (C) citação pessoal feita ao devedor.
 (D) ciência do devedor quanto à inscrição do crédito tributário em dívida ativa.
 (E) juntada, aos autos da execução fiscal, do cumprimento do mandado de citação do devedor.

27

A vedação constitucional à cobrança de tributos antes de decorridos 90 (noventa) dias da data em que tenha sido publicada a lei que os instituiu ou aumentou não se aplica à fixação da base de cálculo do imposto sobre:

- (A) propriedade territorial rural.
 (B) transmissão *causa mortis* e doação.
 (C) propriedade de veículos automotores.
 (D) propriedade predial e territorial urbana.
 (E) serviços de qualquer natureza.

28

As normas vigentes no País sobre preços de transferência estabelecem que:

- (A) será considerada vinculada à pessoa jurídica domiciliada no Brasil a pessoa física residente no exterior que for parente até o terceiro grau de qualquer de seus diretores.
 (B) as condições de dedutibilidade de *royalties* subordinam-se às regras estabelecidas na legislação de preços de transferência.
 (C) as receitas auferidas nas operações efetuadas com pessoa vinculada ficam sujeitas a arbitramento quando o preço médio de venda de bens for superior ao preço médio praticado na venda dos mesmos bens no mercado brasileiro, em condições de pagamento semelhantes.
 (D) o Método do Preço de Revenda menos Lucro (PRL) é a média aritmética dos preços de bens, serviços ou direitos, idênticos ou similares, apurados no mercado brasileiro ou de outros países, em operações de compra e venda, em condições de pagamento semelhantes.
 (E) o Método do Preço de Venda nas Exportações (PVEx) é a média aritmética dos custos de aquisição ou de produção dos bens, serviços ou direitos, exportados, acrescidos dos impostos e contribuições cobrados no Brasil e de margem de lucro de quinze por cento sobre a soma dos custos mais impostos e contribuições.

29

Sobre o Tribunal de Contas da União, a Constituição Federal estabelece que:

- (A) a obrigação de lhe prestar contas não se aplica às pessoas físicas.
 (B) seus Ministros devem ter idade mínima de 30 (trinta) anos.
 (C) partidos políticos são partes ilegítimas para lhe denunciar irregularidades.
 (D) é o Órgão responsável pelo sistema de controle interno de cada Poder.
 (E) é competente para realizar inspeções de natureza operacional nas unidades administrativas do Poder Judiciário.

30

A Câmara de Comércio Internacional publica, desde 1936, um conjunto de regras internacionais para a interpretação de termos mais usados no comércio exterior. Segundo essas regras, conhecidas como *Incoterms*, o único termo, dentre os abaixo, que se refere a transporte principal não pago é:

- (A) CIP
 (B) FOB
 (C) CIF
 (D) CPT
 (E) CFR

31

O artigo 279 da Lei das Sociedades Anônimas (Lei nº 6.404/76) determina que o consórcio de empresas será constituído mediante contrato aprovado pelo órgão da sociedade competente para autorizar a alienação de bens do Ativo Permanente. Em caso de omissão do estatuto social sobre a matéria (alienação de bens do Ativo Permanente ou celebração de contrato de consórcio), o órgão social competente para aprovar a celebração do contrato de consórcio é o:

- (A) Colegiado da Diretoria, após ouvido o Conselho Fiscal e o Conselho de Administração.
- (B) Colegiado da Diretoria, após ouvido o Conselho de Administração.
- (C) Colegiado da Diretoria, após ouvido o Conselho Fiscal.
- (D) Conselho de Administração, caso existente na sociedade.
- (E) Conselho Fiscal, caso existente na sociedade.

32

Quanto às debêntures, pode-se afirmar que:

- I - conferem aos seus titulares direito de crédito contra as companhias, nas condições constantes da escritura de emissão e, se houver, do certificado;
- II - poderão ser conversíveis em ações, nas condições constantes da escritura de emissão;
- III - a deliberação sobre emissão de debêntures conversíveis em ações é de competência privativa da assembléia-geral;
- IV - a companhia não pode efetuar nova emissão antes de colocadas todas as das séries de emissão anterior ou canceladas as séries não colocadas.

Estão corretas as afirmações:

- (A) II e III, apenas.
- (B) I, II e IV, apenas.
- (C) I, III e IV, apenas.
- (D) II, III e IV, apenas.
- (E) I, II, III e IV.

33

Em relação às sociedades de economia mista, é **INCORRETO** afirmar que:

- (A) as sociedades de economia mista, na qualidade de entes integrantes da Administração Pública Indireta, não estão sujeitas às regras da Lei das Sociedades Anônimas (Lei nº 6.404/76).
- (B) as sociedades anônimas de economia mista estão sujeitas ao disposto na Lei das Sociedades Anônimas (Lei nº 6.404/76), sem prejuízo das disposições especiais de lei federal.
- (C) a companhia de economia mista somente poderá explorar os empreendimentos ou exercer as atividades previstos na lei que autorizou a sua constituição.
- (D) a constituição de companhia de economia mista depende de prévia autorização legislativa.
- (E) o funcionamento do conselho fiscal será permanente nas companhias de economia mista.

34

Nos termos da Lei nº 9.605/98, a autoridade competente para a aplicação de penalidade por infração à legislação ambiental deverá observar, para fins de imposição e gradação da penalidade, os seguintes aspectos:

- I - a situação econômica do infrator, no caso de multa;
- II - a nacionalidade do infrator (nacional ou estrangeiro), na hipótese de infração cometida por pessoa jurídica;
- III - os antecedentes do infrator quanto ao cumprimento da legislação de interesse ambiental;
- IV - a gravidade do fato, tendo em vista os motivos da infração e suas consequências para a saúde pública e para o meio ambiente.

Estão corretos os aspectos:

- (A) I, II e III, apenas.
- (B) I, II e IV, apenas.
- (C) I, III e IV, apenas.
- (D) II, III e IV, apenas.
- (E) I, II, III e IV.

35

Considerando o disposto na legislação ambiental, é correto afirmar que o Conselho Nacional do Meio Ambiente (CONAMA):

- (A) possui a função de executar e fazer executar, como órgão federal, a política e diretrizes governamentais fixadas para o meio ambiente.
- (B) possui a função de assessorar diretamente o Presidente da República na formulação da política nacional e nas diretrizes governamentais para o meio ambiente e os recursos ambientais.
- (C) é o órgão superior do Sistema Nacional do Meio Ambiente.
- (D) é o órgão executor do Sistema Nacional do Meio Ambiente.
- (E) é competente para estabelecer, privativamente, normas e padrões nacionais de controle da poluição por veículos automotores, aeronaves e embarcações, mediante audiência dos Ministérios competentes.

36

Segundo os ensinamentos de Hely Lopes Meirelles, aquele princípio pelo qual “o administrador público está, em toda a sua atividade funcional, sujeito aos mandamentos da lei e às exigências do bem comum, e deles não se pode afastar ou desviar, sob pena de praticar ato inválido” (Direito Administrativo Brasileiro, 30 Ed., Ed. Malheiros, 2005) denomina-se:

- (A) finalidade.
- (B) legalidade.
- (C) publicidade.
- (D) razoabilidade.
- (E) proporcionalidade.

37

Em relação ao licenciamento ambiental, pode-se afirmar que:

- I - é o mecanismo pelo qual a Administração Pública, no uso de suas atribuições, estabelece condições e limites para o exercício de atividade efetiva ou potencialmente poluidora;
- II - compete ao Conselho Nacional do Meio Ambiente (CONAMA) o licenciamento das atividades potencialmente poluidoras;
- III - a construção, instalação, ampliação e funcionamento de estabelecimentos e atividades utilizadoras de recursos ambientais, considerados efetiva ou potencialmente poluidores, dependem de licença;
- IV - compete ao Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e Recursos Naturais Renováveis (IBAMA) o licenciamento ambiental de atividades com impacto ambiental significativo em âmbito nacional.

Estão corretas as afirmações:

- (A) II e III, apenas.
- (B) I, II e IV, apenas.
- (C) I, III e IV, apenas.
- (D) II, III e IV, apenas.
- (E) I, II, III e IV.

38

Com base nas disposições da Lei nº 9.748, de 29 de janeiro de 1999, que regula o processo administrativo no âmbito da Administração Pública Federal, afirma-se que:

- I - o processo administrativo só pode se iniciado mediante pedido da parte interessada;
- II - são inadmissíveis, no processo administrativo, as provas obtidas por meios ilícitos;
- III - o órgão competente para decidir o recurso administrativo poderá modificar a decisão recorrida, inclusive para agravar a situação do recorrente;
- IV - os prazos, nos processos administrativos, começam a correr a partir da data da cientificação oficial, excluindo-se da contagem o dia do começo e incluindo-se o do vencimento.

Estão corretas as afirmações:

- (A) I e II, apenas.
- (B) II e IV, apenas.
- (C) III e IV, apenas.
- (D) II, III e IV, apenas.
- (E) I, II, III e IV.

39

Considerando os termos constantes do Tratado de Assunção, celebrado em 26 de março de 1991, com texto aprovado pelo Congresso Nacional através do Decreto Legislativo nº 197/91, assinale a afirmação **INCORRETA**.

- (A) O Grupo Mercado Comum é o órgão executivo do Mercado Comum.
- (B) O idioma oficial do Mercado Comum é o português, devendo a versão oficial de todos os documentos de trabalho ser sempre nele redigida.
- (C) O Conselho é o órgão superior do Mercado Comum, responsável por sua condução política.
- (D) O Mercado Comum implica a coordenação de posições dos Estados Partes em foros econômico-comerciais regionais e internacionais.
- (E) O MERCOSUL é fundado na reciprocidade de direitos e obrigações entre os Estados Partes.

40

A Lei nº 9.966/00 estabelece os princípios básicos a serem obedecidos na movimentação de óleo e outras substâncias nocivas ou perigosas em portos organizados, instalações portuárias, plataformas e navios em águas sob jurisdição nacional, sendo **INCORRETO** afirmar que esta:

- (A) é aplicável às embarcações nacionais, portos organizados, instalações portuárias, dutos, plataformas e suas instalações de apoio, em caráter complementar à Marpol 73/78.
- (B) é aplicável às embarcações, plataformas e instalações de apoio estrangeiras, cuja bandeira arvorada seja ou não de país contratante da Marpol 73/78, quando em águas sob jurisdição nacional.
- (C) é inaplicável às instalações portuárias especializadas em outras cargas que não óleo e substâncias nocivas ou perigosas, e aos estaleiros, marinas, clubes náuticos e outros locais e instalações similares.
- (D) determina que todo porto organizado, instalação portuária e plataforma disporá obrigatoriamente de instalações ou meios adequados para o recebimento e tratamento dos diversos tipos de resíduos e para o combate da poluição.
- (E) determina que os portos organizados, instalações portuárias e plataformas deverão dispor de planos de emergência individuais para o combate à poluição por óleo e substâncias nocivas ou perigosas, os quais serão submetidos à aprovação do órgão ambiental competente.

QUESTÕES DISCURSIVAS

1

Uma empresa necessita renovar sua “Certidão Conjunta Negativa de Débitos relativos a Tributos Federais e à Dívida Ativa da União” (CERTIDÃO), que vence em 5 (cinco) dias, mas constata a existência de um débito inscrito em Dívida Ativa da União, relativo ao Imposto de Renda da Pessoa Jurídica (IRPJ).

Ao verificar a origem da cobrança, constata que o tributo exigido havia sido pago corretamente na data de seu vencimento e que, portanto, a cobrança deveria ser cancelada.

Ao apresentar à Procuradoria da Fazenda Nacional o comprovante de pagamento do débito para poder obter sua CERTIDÃO, o representante da empresa foi informado de que, por tratar-se de recolhimento anterior à inscrição na Dívida Ativa, o requerimento administrativo de cancelamento da exigência deveria ser formalizado perante a Secretaria da Receita Federal (SRF). Somente após o envio do processo administrativo à SRF, a análise por aquele Órgão quanto à alegação de pagamento e o retorno dos autos à Procuradoria da Fazenda com a informação de que a cobrança deve ser cancelada, poderá ser o débito baixado do sistema para viabilizar a emissão da CERTIDÃO.

O representante da empresa formaliza o requerimento de baixa perante a Secretaria da Receita Federal e obtém a informação de que, face ao grande volume de pedidos idênticos, a análise do caso deve demorar mais de 90 (noventa) dias.

Sendo certo que a empresa terá sua atividade empresarial prejudicada pela ausência da CERTIDÃO, redija medida judicial visando à imediata obtenção daquele documento.

2

Tendo como referência a Lei de Sociedades Anônimas,

- a) caracterize o acionista controlador de uma empresa, indicando suas obrigações e responsabilidades;
- b) apresente três hipóteses de exercício abusivo de poder pelo acionista controlador.